

SULBRASILEIRO DE VELOCROSS REGULAMENTO 2010



REGULAMENTO – TÉCNICO E DESPORTIVO

Art. 1º - A Federação Paranaense de Motociclismo, Federação Catarinense de Motociclismo e Federação Gaúcha de Motociclismo por força de lei capacitadas a dirigir, coordenar, planificar, autorizar e supervisionar as atividades motociclísticas nos seus respectivos Estados, decidem realizar o 2º Campeonato Sulbrasileiro de Velocross neste ano de 2010, para adequação ao regulamento nacional da Modalidade, doravante chamado **Campeonato Sulbrasileiro de Velocross**, de acordo com o Código Brasileiro de Justiça e Disciplina Desportiva, com os Códigos e Regulamentos da Confederação Brasileira de Motociclismo e com o presente Regulamento específico.

Art. 2º - Pilotos: O Campeonato será aberto a pilotos portadores da licença de concorrente expedida pelas Federação Paranaense de Motociclismo, Federação Catarinense de Motociclismo, Federação Gaúcha de Motociclismo e Confederação Brasileira de Motociclismo.

Parágrafo Primeiro: O Campeonato será realizado em 03 etapas, sendo a 1º etapa RIO NEGRO-PR dias 13 e 14 de MARÇO, a 2º etapa SANTA CATARINA – JUNHO (a definir) e 3º etapa PASSO FUNDO/RS dias 31/07 e 01/08.

Parágrafo Segundo: As Federação Paranaense de Motociclismo, Federação Catarinense de Motociclismo e Federação Gaúcha de Motociclismo, como única promotora e detentora de todos os direitos do Campeonato Sulbrasileiro de Velocross, reserva-se ao direito de indeferir, a

qualquer momento, mesmo sem previsão estatutária, a inscrição de qualquer piloto se assim o desejar, sem direito à indenização por qualquer ônus do piloto, cabendo apenas ressarcimento dos valores recolhidos a título de taxa de inscrição.

Art. 3º - Categorias: O Campeonato SULBRASILEIRO de Velocross será disputado nas seguintes classes:

- a. **VX 1 (Força Livre Especial)** – Motos Importadas com cilindrada livre.
- b. **VX 2 (motos importadas até 250cc4T ou 125cc2T)**
- c. **VX 3 (motos importadas com cilindrada livre.) Idade mínima 35 anos.**
- d. **Nacional 230cc 4T – motos nacionais até 230cc 4T**
- e. **Nacional 250cc 4T – motos nacionais até 250cc 4T**
- f. **Nacional Força Livre – motos nacionais com cilindrada livre**
- g. **VX3 NACIONAL – motos nacionais com cilindrada livre. Idade mínima 35 anos.**

Parágrafo Primeiro – Para cálculo da idade do piloto, caso a categoria não tenha a previsão específica de ano de nascimento, será considerada a idade que o piloto tinha no dia 01 de janeiro de 2010.

Parágrafo Segundo – Qualquer uma das categorias previstas no Artigo 26 poderá ser extinta, a qualquer momento do campeonato, se o número de pilotos for considerado insuficiente para manutenção da categoria na competição.

Art. 4º - Duração das provas para as respectivas categorias:

1. VX3 Nacional, Força Livre Nacional, Nacional até 250cc 4T, VX3 especial e 230cc – 15 min + 2 voltas
2. VX1 e VX2 – 20 min + 2 voltas.

Parágrafo Único: A Direção de Prova e Comissão Organizadora poderá reduzir os tempos de prova por motivos de força maior.

Art. 5º - A Programação do Evento:

- a) Deverá estar fixada no quadro de avisos até o final do último treino de domingo informando se haverá classificatórias para alguma categoria. Um *Briefing* com os pilotos deve acontecer após os treinos.
- b) Qualquer das categorias previstas, não atendendo às disposições regulamentares e em decorrência do número de inscritos, poderá ser suspensa definitivamente, independentemente do número de etapas do campeonato já realizadas.
- c) Todo piloto inscrito deve, obrigatoriamente, realizar ao menos um treino.
- d) A ordem das largadas será divulgada no Regulamento suplementar do evento e somente em decorrência de condições climáticas desfavoráveis caberá alteração.

Art. 6º - Regulamento Técnico

a) Categoria Nacional até 250cc 4T

1. Obrigatorio o uso de Motocicletas Nacionais (definida pela Lei Brasileira como fabricadas no Brasil);
2. Obrigatório quadro, motor e suspensão do mesmo modelo e fabricante.
3. Suspensão - componentes internos das suspensões e as molas são "livres". Parte externa pode ser modificadas mas não substituídas.
4. Aros e Pneus "livres";
5. Quadro permitido aliviar peso.
6. Escape "livre" não podendo ultrapassar 112 dbA de nível de ruído. Tolerância de 3 dbA. medidos a 5000rpm e distante 4 metros da saída do escape. A saída do escape deverá alcançar distancia mínima a 10cm do eixo traseiro, não ultrapassar a roda traseira e as bordas da saída não podem ser cortantes.
7. Carburador e injeção "livre";
8. Caixa e filtro de ar "livre";
9. Sistema de ignição "livre";
10. Motor 4T de até 250cc ,carburado ou injetado,com tolerância de 3% na cilindrada;Partes externas podem ser modificadas mas não substituídas. Partes internas "livres";
11. Quando o item é considerado "livre" permite-se o uso de componentes de qualquer origem;

c) Categoria Força Livre Nacional

1. Permitido o uso de Motocicletas Nacionais (definida pela Lei Brasileira como fabricadas no Brasil);
2. Permitido o intercâmbio de componentes entre as motos que obedeçam a este regulamento;
3. Suspensão - Componentes internos das suspensões e as molas são "livre". Parte externa da suspensão pode ser modificadas mas não substituidas.
4. Aros e Pneus "livres";
5. Quadro original. Permitido aliviar peso.
6. Escape "livre" não podendo ultrapassar 112 dbA de nível de ruído, tolerância de 3 dbA, medidos a 5000rpm e distante quatro metros da saída do escape. A saída de escape deverá alcançar distancia mínima a 10cm do eixo trazeiro, não ultrapassar a roda trazeira e as bordas da saída não podem ser cortantes.
7. Carburador e injeção "livre";
8. Caixa e filtro de ar "livre";
9. Sistema de ignição "livre";
10. Motor, 4T ou 2T, carburado ou injetado, sem limite de cilindrada; Partes externas podem ser modificadas mas não substituídas. Partes internas "livres";
11. Quando o item é considerado "livre" permite-se o uso de componentes de qualquer origem;

c) Categoria VX3 Nacional (idade mínima 35 anos)

1. Permitido o uso de Motocicletas Nacionais (definida pela Lei Brasileira como fabricadas no Brasil);
2. Permitido o intercâmbio de componentes entre as motos que obedçam a este regulamento;
3. Suspensão - Componentes internos das suspensões e as molas são "livre". Parte externa da suspensão pode ser modificadas mas não substituídas.
4. Aros e Pneus "livres";
5. Quadro original. Permitido aliviar peso.
6. Escape "livre" não podendo ultrapassar 112 dbA de nível de ruído, tolerância de 3 dbA, medidos a 5000rpm e distante quatro metros da saída do escape. A saída de escape deverá alcançar distancia mínima a 10cm do eixo trazeiro, não ultrapassar a roda trazeira e as bordas da saída não podem ser cortantes.
7. Carburador e injeção "livre";
8. Caixa e filtro de ar "livre";
9. Sistema de ignição "livre";
10. Motor, 4T ou 2T, carburado ou injetado, sem limite de cilindrada; Partes externas podem ser modificadas mas não substituídas. Partes internas "livres";
11. Quando o item é considerado "livre" permite-se o uso de componentes de qualquer origem;

d) Categoria VX 1 (Força Livre Especial)

1. Dos motores observar cilindrada conforme artigo 3 com limite de 3%;

e) Categoria VX 2 (motos importadas até 250cc4T ou 125cc2T)

1. Dos motores observar cilindrada conforme artigo 3 com limite de 3%;

f) Categoria VX 3 (motos importadas com cilindrada livre.) Idade mínima 35 anos.

1. Dos motores observar cilindrada conforme artigo 3 com limite de 3%;

f). Categoria Nacional até 230cc 4T:

1. Obrigatório o uso de Motocicletas Nacionais com Até 230cc.
2. Permitido o uso das seguintes motocicletas nacionais (definida pela Lei Brasileira como fabricadas no Brasil)
3. Honda CRF 230, XR 200 e Bros 150 – Yamaha TTR 230 e XT 225.
4. Obs: Outras motocicletas poderão ser homologadas pela FCM mediante solicitação.
5. Obrigatório quadro, motor e suspensão do mesmo modelo e fabricante.
6. Quadro permitido aliviar peso.
7. Suspensão – componentes internos das suspensões e as molas são “livre”. Parte externa da suspensão pode ser modificadas mas não substituídas.
8. Aros e pneus “livre”
9. Escape – “livre” não podendo ultrapassar 112 dbA de nível de ruído, tolerância de 3 dbA medidos a 5000 rpm e distante quatro metros do escape deverá alcançar distancia mínima a 10cm do eixo trazeiro, não ultrapassar a roda traseira e as bordas da saída não podem ser cortantes.
10. Carburador e injeção “livre”
11. Caixa e filtro de ar “livre”
12. Sistema de ignição “livre”
13. Motor – 4T de até 230cc carburado ou injetado com tolerância de 3 % na cilindrada. Partes externas podem ser modificadas mas não substituídas. Partes internas “livre”.
14. Quando o item é considerado “livre” permite-se o uso de componentes de qualquer origem.

f) Itens Gerais

1. É facultativa a remoção de bateria, chicote e interruptores elétricos, sistemas de lubrificação forçadas (incluindo o tanque de óleo) e relês;
2. Permitido alterar ou substituir guidão, pára-lamas, carenagens, pedais, assento, coroa, pinhão, corrente;
3. Pedaleiras podem ser reposicionadas, mas devem estar colocadas adiante da roda traseira. Podem ser do tipo retrátil, mas neste caso devem ter um dispositivo que as faça retornar automaticamente para a posição normal, e uma proteção integral deve ser colocada na sua extremidade e esta ter um raio esférico sólido de mínimo 8mm;
4. Obrigatório retirada de farol, piscas dianteiro/traseiro, espelhos retrovisores, cavalete central e lateral, pedaleiras traseiras (garupa), lanterna traseira, velocímetro, buzina;
5. É obrigatório o uso de botão ou chave corta corrente, do tipo original onde o botão volta automaticamente a sua posição (modelo cross ou similar) e o mesmo tem que obrigatoriamente ser alcançado com o dedo polegar;
6. O punho do acelerador deve se fechar automaticamente ao ser solto, e necessariamente as manoplas deverão revestir as extremidades do guidão;
7. Os manetes devem ter uma esfera sólida de no mínimo 18 mm de diâmetro na sua extremidade;
8. É obrigatório o uso de protetor de pinhão para todas as categorias;
9. O abastecimento de combustível somente poderá ser executado nos boxes, ou na área de pit-stop com a motocicleta desligada.
10. combustível para todas as categorias será livre desde que vendidos no Brasil.

Art. 7º - Das Inscrições:

1. Ao entregar a Ficha de Inscrição assinada, o piloto deve obrigatoriamente estar ciente do Regulamento, subtendendo-se que assim ocorra, sendo descartada por completo qualquer alegação diversa, ou seja, no ato de inscrição declara para todo e qualquer efeito o conhecimento pleno do Regulamento. O valor total da inscrição deverá ser obrigatoriamente quitado no ato da confirmação da mesma, na secretaria de prova. As inscrições realizadas via Internet até às 12:00h da sexta feira que antecede o evento, terão o custo R\$ 50,00 (cinquenta reais) por categoria; e as inscrições efetuadas nos dias do evento custarão R\$ 100,00 (cem reais) por categoria.
2. Ao realizar a inscrição, o piloto receberá três credenciais, sendo uma para PILOTO, uma para MECÂNICO e uma para CHEFE DE EQUIPE. As credenciais serão afixadas pela secretária da prova e exigidas para entrada na pista, tanto nas provas quanto nos treinos.
3. No ato da inscrição, o piloto deverá apresentar a Cédula Desportiva da Federação de origem válida para o ano de 2010 ou comprovante de filiação e carteira de identidade. Dispondo, deverá ainda apresentar Carteira de Saúde ou convênio médico hospitalar.
4. Os pilotos ao assinarem a ficha de inscrição eximem o clube organizador, a Federação Paranaense, Federação Catarinense de Motociclismo e Federação Gaúcha de Motociclismo, seus diretores e auxiliares, bem como patrocinadores, de qualquer responsabilidade civil e penal;
5. Atos cometidos pelo piloto ou membros de sua equipe, serão de responsabilidade única e exclusiva do piloto inscrito e estarão sujeitos às penalidades deste regulamento, do Código Brasileiro de Justiça e Disciplina Desportiva, e demais textos legais aplicáveis.
6. Somente 01 (uma) pessoa por piloto terá acesso à pista. A não observação a este item, poderá acarretar a desclassificação do piloto;
7. **EMERGÊNCIA: Caso o piloto necessite remoção, o mesmo será encaminhado ao Pronto Socorro mais próximo, com retorno imediato da ambulância à pista. As despesas decorrentes da internação são de responsabilidade do piloto, ou de seu responsável, não havendo nenhum vínculo financeiro com patrocinadores, promotores, organizadores ou FPRM,FCM e FGM;**
8. O piloto inscrito, que permitir que outro piloto participe da prova com seu nome, utilizando sua inscrição, será desclassificado da prova onde for verificada a infração e automaticamente punido com suspensão da próxima prova. Na reincidência o piloto sofrerá processo disciplinar e ficará sujeito à cassação de sua licença;
9. O piloto deve portar todos os documentos, previstos em lei, relativos a motocicleta. Estes poderão ser solicitados a qualquer momento pela direção de prova. A não apresentação, quando solicitados, acarretará no imediato cancelamento da inscrição do piloto.

Art. 8º - Das Vistorias – Serão feitas obrigatoriamente dentro dos horários divulgados, sempre antes da motocicleta participar de qualquer treino ou prova.

1. Todas as motocicletas devem ter três placas de forma elíptica, medindo aproximadamente 235 X 285 mm, com o número do piloto, com as seguintes dimensões mínimas: altura de 170 mm e largura do traço de 28 mm e nas cores previstas a baixo:
 - Força Livre Nacional, 230cc, VX3 NACIONAL e Nacional até 250cc 4T– fundo vermelho com número branco
 - VX2 - 125cc 2T e 250cc 4T Especiais e VX3 especial – fundo preto com número branco
 - VX1 - 250cc 2T e 450cc 2T – fundo verde com número branco
2. Todos os pilotos devem ter o número na parte dorsal de sua vestimenta em tonalidades contrastantes para fácil visibilidade e leitura. Devem ser costurados ou pintados. Não podem ser colados, com as seguintes dimensões mínimas: altura de 170 mm e largura do traço de 28 mm
3. Na placa dianteira, caso seja do tipo tela, deverão ser afixados números de material rígido e deverá ter inclinação idêntica a suspensão dianteira. Os números têm que ser cheio sendo vedado o uso de número vazado;
4. É obrigatório apresentar na vistoria técnica da motocicleta, a vestimenta com número da moto, ficha de inscrição e capacete.
5. As motocicletas inscritas poderão ser vistoriadas a qualquer momento, antes, durante e depois da prova, por quem de direito, podendo o piloto ser desclassificado no primeiro e no segundo caso de irregularidade e excluído no terceiro. As motocicletas que estiverem em desacordo com as especificações técnicas serão desclassificadas sem prejuízo de outras sanções mais graves, previstas na legislação vigente.
6. As motocicletas devem ter números de chassi e motor legíveis, conforme legislação vigente, podendo a direção de prova indeferir a inscrição de qualquer piloto que apresente a motocicleta em desacordo com essa determinação.

Art. 9º - Deveres do Piloto

1. Os pilotos deverão estar obrigatoriamente de capacete antichoque, luvas, óculos de proteção ou viseiras, calçado adequado (bota), calça comprida, camisa de manga longa, estando sujeito a não competir aquele que não estiver adequadamente equipado.
2. É dever de todo piloto e membros de sua equipe, conhecer o presente o regulamento e respeitadas as disposições constantes do Código Brasileiro de Justiça e Disciplina Desportiva.
3. Dar passagem aos concorrentes que estiverem em condições de fazê-la mantendo o mais alto espírito esportivo, antes, durante e depois das competições;
5. Caso abandonar a prova, o piloto deverá retirar a motocicleta da pista e deixá-la em lugar que não constitua perigo para outros participantes;
6. Utilizar capacete sempre que pilotando qualquer motocicleta;

7. Fica proibido o tráfego de motos fora das áreas autorizadas e sinalizadas. É absolutamente proibido trafegar em sentido contrário da pista, sob pena de exclusão da prova (exceto com autorização do diretor da prova);
8. É passível de desclassificação o piloto que for flagrado consumindo bebidas alcoólicas dentro dos horários oficiais do evento. As Federações (FPRM, FCM e FGM) poderá adotar a qualquer momento o uso de dispositivos para verificação de *doping*.
9. Atos de indisciplina, praticar vias de fato, ofender moralmente, manifestar-se de forma desrespeitosa, gestos de provocação, atitudes de menosprezo para com pilotos adversários, autoridades constituídas da prova e entidades e associações ligadas ao motociclismo causarão desclassificação imediata da prova e suspensão da etapa seguinte, bem como penalização e multa aplicada ao infrator;
10. As multas terão valor inicial 01 (um) salário mínimo vigente e crescente de acordo com a gravidade da transgressão;
11. A penalização pode ser de até 720 dias ou eliminação definitiva de qualquer evento organizado pela FPRM, FCM e FGM.

Art. 11º - Das Provas e Pistas

1. Serão realizadas em pistas vistoriadas pela comissão técnica das respectivas federações até 07 (sete) dias antes do primeiro treino oficial. Nesse período não será permitido treinar.
2. As pistas para serem homologadas terão que preencher os requisitos mínimos exigidos pela Comissão Técnica da federação como:
 - a. cerca na pista em toda sua extensão em tela ou arame liso com altura mínima de 1,20m.;
 - b. segurança;
 - c. torre de cronometragem com cobertura para proteção contra chuva, vento e em local que coincida com a linha de chegada
 - d. largura mínima 08 metros em toda sua extensão
 - e. extensão mínima 1.200 metros;
 - f. e demais itens constantes no *Check-list* da Federação.
3. Deverá ser reservada no motódromo uma área única para que reparos durante a prova possam ser realizados. As únicas pessoas autorizadas a ficar nesta área específica são os mecânicos da bateria que estiver sendo realizada.
4. A pista deve ter um local reservado e de fácil acesso para ambulância, bem como ter acesso para caminhão pipa.
5. Somente obterá classificação, pontuação e premiação, o piloto que percorrer no mínimo 50% (cinquenta por cento) de voltas do primeiro colocado.
6. O número mínimo de participantes, para que seja dada a largada é de 06 (seis) motocicletas. Não havendo este número, a organização poderá juntar outras categorias, e classificar separadamente. Sendo impossível o agrupamento, por excesso de participantes em outras categorias, a categoria em questão terá a etapa cancelada.
7. Se as dimensões da pista puderem interferir nos trabalhos de cronometragem, o número de pilotos a largar pode ser alterado. A decisão cabe ao Júri da Prova.
8. A divisão de grupos dar-se-á pela classificação do Campeonato. Ex: primeiro colocado, grupo A; segundo colocado, grupo B; terceiro colocado, grupo A, e assim sucessivamente. O

piloto que não estiver classificado cabe exclusivamente ao Júri de Prova, definir em que grupos este piloto vai ser colocado, buscando sempre o equilíbrio técnico entre os grupos.

9. Havendo baterias classificatórias, a formação do Grid da prova final será feita pela ordem do resultado final das mesmas. Não será neste caso observado o resultado do Campeonato. Em caso de realização de baterias classificatórias, haverá bateria de repescagem. No caso de não haver classificatórias, os pilotos sem pontos no Campeonato, obedecerão a ordem de chegada no parque fechado.
10. Em caso de mudança de horário por força maior, ou motivos técnicos, o clube organizador deverá comunicar imediatamente pelos meios disponíveis a todos os pilotos, bem como aos chefes de equipe e ao público.
11. Os cinco primeiros colocados da prova devem manter a disposição da direção técnica da prova, suas motocicletas, até 20 (vinte) minutos após a divulgação dos resultados oficiais. Os pilotos devem estar informados do local para permanência das motos.
12. Se no decorrer de uma prova, uma motocicleta apresentar defeitos ou perda de qualquer peça que constitua perigo ao piloto ou seus concorrentes, cabe ao diretor de prova decidir por sua desclassificação.
13. O Diretor de Prova tem o direito por medida de segurança, ou outro caso de força maior, de suspender a competição, cancelar parte ou toda a prova.
14. Se a prova for cancelada, antes de ter sido completada a metade do número previsto de voltas, ou metade do tempo completado pelo piloto que se encontrar em primeira posição. A Competição será reiniciada e a posição de largada será a mesma da largada anterior.
15. Se a Competição for suspensa num estágio posterior, os resultados que contam são os da penúltima volta do líder da prova. Concorrentes receberão os pontos e prêmios integrais constantes do Regulamento. Se por motivos de força maior a prova não for reiniciada, e tiver acontecido menos de 50% da prova, a prova será anulada. **O piloto terá direito a pontuação se completar 50% + 1 (uma) volta da prova.**

Art. 12 – Do Procedimento de Largada

O procedimento a ser aplicado na zona de espera, antes de cada largada, será o seguinte:

1. 10 (Dez) minutos antes da largada, a zona da espera será fechada. Todas as motocicletas devem estar na zona de espera, e a penalidade para esta violação é a exclusão da bateria a ser realizada, independentemente da largada a ocorrer.
2. 5 (Cinco) minutos antes da largada, permanecerão na zona de espera apenas os pilotos e 1 (Um) mecânico por piloto.
3. Após decisão do Diretor de Prova, os pilotos deverão deixar a zona de espera, deslocando-se para o alinhamento no gate de largada. O mecânico deverá permanecer na zona de espera.
4. Se o piloto tiver um problema mecânico no gate de largada, ele deverá aguardar por assistência. Após a largada ele poderá receber assistência de seu mecânico apenas em sua posição de largada. A penalidade para esta violação do regulamento é a exclusão da bateria que está sendo realizada.

5. A largada será feita com os motores em funcionamento. O comissário levantará uma bandeira verde, momento a partir do qual garantirá que as condições para a largada estejam cumpridas.
6. A partir de então o comissário levantará uma placa com “15 segundos”. No final dos 15(Quinze) segundos, ele levantará uma placa com “5 segundos” e a largada será dada em até 10 (dez) segundos depois de mostrada a placa de “5 segundos”.
7. É proibido o uso de qualquer artifício que não o original, para ligar a motocicleta no gate de largada.
8. A área do gate de largada será preparada de modo consistente, dando condições tão iguais quanto possível para todos os pilotos. Somente autoridades da prova e fotógrafos estarão autorizados a permanecer nesta área. Os pilotos estão autorizados para preparar a área atrás do gate, contanto que nenhuma ferramenta seja usada ou assistência externa seja fornecida.

Art. 13 – Da Premiação Pecuniária e Troféus por Prova:

1. Valores (R\$) da premiação pecuniária por classe e colocação ao final da prova. Estes valores poderão ser alterados por motivos de força maior. Os pilotos não farão jus a prêmios pecuniários, por sua classificação no final do Campeonato.

Cat.	1º col.	2º col.	3º col.	4º col.	5º col.	Troféus
250CC 4 T	R\$ 200,00	R\$ 150,00	R\$ 100,00	R\$ 70,00	R\$ 50,00	Até o 5º
230 cc	R\$ 150,00	R\$ 100,00	R\$ 80,00	R\$ 50,00	R\$ 50,00	Até o 5º
F. L. NAC.	R\$ 200,00	R\$ 150,00	R\$ 100,00	R\$ 70,00	R\$ 50,00	Até o 5º
VX 3 NAC.	R\$ 150,00	R\$ 100,00	R\$ 80,00	R\$ 50,00	R\$ 50,00	Até o 5º
VX 2 ESP.	R\$ 250,00	R\$ 200,00	R\$ 150,00	R\$ 100,00	R\$ 50,00	Até o 5º
VX 3 ESP.	R\$ 200,00	R\$ 150,00	R\$ 100,00	R\$ 80,00	R\$ 50,00	Até o 5º
VX1 ESP.	R\$ 350,00	R\$ 250,00	R\$ 200,00	R\$ 150,00	R\$ 100,00	Até o 5º

TOTAL GERAL : R\$ 4.380,00

2. Serão entregues troféus para os 05 primeiros colocados de cada categoria.
3. Caso haja protesto e/ou reclamação, estes serão julgados pelo Júri da Prova, em decisão fundamentada e só então a premiação e troféus serão entregues. Porém, não sendo possível decidir no dia da competição, a premiação e troféus ficarão em poder da Federação e somente serão entregues após o julgamento pelo Tribunal de Justiça Desportiva da Federação da FPRM, FCM e FGM.
4. A Federação que fizer a Final entregará ficará encarregada de providenciar os troféus de Campeão e Vice-Campeão de cada categoria.

Art. 14 – Dos Protestos

1. Somente o piloto inscrito terá o direito de formalizar protestos de natureza técnica e desportiva. Protestos deverão ser apresentados por escrito e entregues ao diretor da Prova, em itens individuais em até 15 (quinze) minutos após a divulgação dos resultados, que serão julgados pelo Júri da Prova.
2. Sendo procedente o infrator será penalizado conforme determinação do Júri.
3. O protesto deverá ser acompanhado de uma Taxa de R\$ 500,00, que só será devolvida ao reclamante se a reclamação for julgada procedente.
4. No caso de ser improcedente, a Taxa de protesto reverterá à Comissão Organizadora, que repassará ao piloto protestado 50% do valor, e 50% incorporará a Comissão Organizadora
5. O piloto infrator além de desclassificado da bateria ou prova, será impedido de competir na seguinte bateria ou prova. Se o piloto reclamado não permitir a verificação técnica, o mesmo será desclassificado daquela prova e impedido de participar da etapa seguinte.
6. Em caso de menor, deverá ser seu representante legal.

Art. 15 – Da Classificação Final Do Campeonato

1. Para classificação final do Campeonato, serão atribuídos ao piloto, todos os resultados obtidos nas competições realizadas pelo Campeonato, não sendo computado nenhum descarte;
2. Em caso de empate será decidido pelo piloto que tiver o maior número de vitórias, caso persista o empate, em favor daquele que tiver o maior número de segundo lugares e assim sucessivamente. Caso ainda persista o empate, será decidido pelo melhor resultado da última etapa;
3. A pontuação para cada classe será como segue:

1º lugar – 25 pontos	11º lugar – 10 pontos
2º lugar – 22 pontos	12º lugar – 9 pontos
3º lugar – 20 pontos	13º lugar – 8 pontos
4º lugar – 18 pontos	14º lugar – 7 pontos
5º lugar – 16 pontos	15º lugar - 6 pontos
6º lugar – 15 pontos	16º lugar – 5 pontos
7º lugar – 14 pontos	17º lugar – 4 pontos
8º lugar – 13 pontos	18º lugar – 3 pontos
9º lugar – 12 pontos	19º lugar – 2 pontos
10º lugar – 11 pontos	20º lugar – 1 pontos

4. Será considerado Campeão o piloto que somar maior número de pontos ao longo do Campeonato.
5. O primeiro e segundo colocado de cada categoria, farão jus, ao final do Campeonato, ao título de campeão e de vice-campeão.
6. **O piloto de obtiver 100% de frequência nas 03 etapas realizadas ganhará 7 pontos de bônus na pontuação final do Campeonato.**

Art. 16 – Das Autoridades

1. 1. Em cada prova do Campeonato Sulbrasileiro de Velocross, haverá as seguintes autoridades designadas pela Federação: Júri de Prova, Diretor de Prova, Cronometragem (designado pela FPRM, FCM e FGM), Equipe de Secretaria.
2. Será Obrigatória a participação de um representante de cada Federação nas 03 etapas realizadas.

Art. 17 – A Sinalização Das Provas deve ser executada por pessoas preparas para tal, e será feita por meio de bandeiras, como segue:

Bandeira	Significado
Vermelha, Agitada:	Parada Imediata no pit-lane
Preta e um Quadro com número do piloto	Piloto indicado deve parar no Pit-Stop
Preta com Círculo Laranja e quadro com número do piloto	Parada no Box para receber instruções
Amarela, Agitada:	Perigo devagar, Não ultrapassar
Azul, Agitada:	Atenção de Passagem
Branca	Pessoal ou Veículo de Serviço Médico na pista
Verde	Pista Livre
Quadriculada Preta e Branca, Agitada:	Fim de Prova ou Treino

Parágrafo Único: Menores de 16 anos estão impossibilitados de exercer esta atividade.

Art. 18 – Os Casos Omissos não previstos neste Regulamento, dúvidas de interpretações, serão decididos pelo Árbitro da Prova, sempre fundamentados no Regulamento da Confederação Brasileira de Motociclismo e Código Desportivo vigente no país, no direito consuetudinário e no bom senso.

Este Regulamento foi aprovado em reunião da Diretoria da Federação Paranaense de Motociclismo, Federação Catarinense de Motociclismo e Federação Gaúcha de Motociclismo.

Art. 18 – Prazo – o presente regulamento entrará em vigor na data da sua divulgação e publicação pelas Federações, terá validade no ano de 2010 e somente poderá ser alterado ou modificado no todo ou em partes, em reunião de Diretoria da FPRM, FCM e FGM, após parecer da Comissão Técnica de Velocross.

CÓDIGO DISCIPLINAR

Das Infrações contra pessoas

Das Ofensas Físicas

Art. 1º - Praticar vias de fato:

I - CONTRA PESSOA VINCULADA À ENTIDADE OU ASSOCIAÇÃO POR FATO LIGADO AO MOTOCICLISMO.

PENA: suspensão de trinta (30) a cento e oitenta (180) dias;

II - CONTRA MEMBRO DE ÓRGÃO OU PODER DO CONSELHO TÉCNICO DESPORTIVO NACIONAL, DE ENTIDADE E DA JUSTIÇA DESPORTIVA, POR FATO LIGADO AO MOTOCICLISMO.

PENA: suspensão de um (1) a dois (2) anos e eliminação na reincidência;

III - CONTRA DIRETOR DE PROVA OU AUXILIAR EM FUNÇÃO.

PENA: suspensão de sessenta (60) a trezentos e sessenta (360) dias; na reincidência, de trezentos e sessenta (360) a setecentos e vinte (720) dias, até eliminação.

Art. 2º - Para os efeitos do disposto no inciso III, o diretor de prova e os auxiliares são considerados em função desde a escalação até o término do prazo fixado para a entrega dos documentos do evento na entidade.

Art. 3º As vias de fato, quando praticadas por diretor de prova ou auxiliar em função, observado o disposto no artigo anterior, serão punidas com a pena de noventa (90) a trezentos e sessenta (360) dias de suspensão.

DAS OFENSAS MORAIS

Art. 4º - Ofender moralmente pessoa vinculada à associação ou entidade, por fato ligado ao motociclismo.

PENA: suspensão de dez (10) a noventa (90) dias.

Art. 5º - Manifestar-se de forma desrespeitosa, ou ofensiva, contra membros do Conselho Técnico Desportivo Nacional (CTDN), do Conselho Regional de Desportos (CRD), dos

poderes das entidades dirigentes e da Justiça Desportiva, ou ameaça-los de mal injusto e grave.

PENA: suspensão de trinta (30) a cento e oitenta (180) dias.

Parágrafo único – Quando a manifestação for feita por meio da imprensa, rádio ou televisão, a pena será de sessenta (60) a trezentos e sessenta (360) dias.

Art. 6º - Atribuir fato inverídico a membros ou dirigentes do Conselho Técnico Desportivo Nacional (CTDN), do Conselho Regional de Desportos (CRD), das entidades dirigentes e da Justiça Desportiva.

PENA: suspensão de sessenta (60) a cento e oitenta (180) dias.

Art. 7º - Manifestar-se de forma desrespeitosa, ou ofensiva, contra a associação, membros dos seus poderes ou contra diretor de prova, em razão de suas atribuições.

PENA: suspensão de trinta (30) a cento e vinte (120) dias.

Art. 8º - Ofender moralmente diretor de prova ou auxiliar em função.

PENA: suspensão de dois (2) a cinco (5) eventos, quando o autor for atleta, ou de vinte (20) a sessenta (60) dias, quando forem outros os autores.

Parágrafo único – Para os efeitos deste artigo, aplica-se o disposto no artigo 2.

Art. 9º - A ação disciplinar relativamente às infrações previstas nos artigos 4 a 7 deverá ser precedida de interpelação, quando o ato punível for veiculado pela imprensa, rádio ou televisão.

Das Infrações relativas à Competição

Das Infrações dos Atletas

Art. 10º - Proceder, desleal ou inconvenientemente durante a competição.

PENA: suspensão de um (1) a dois (2) eventos e multa.

Art. 11º - Reclamar, por gestos ou palavras, contra as decisões da direção de prova.

PENA: suspensão de um (1) a três (3) eventos e multa.

Art. 12º - Desrespeitar, por gestos ou palavras, o diretor de prova ou seus auxiliares.

PENA: suspensão de um (1) a quatro (4) eventos ou multa.

Art. 13º - Praticar ato violento.

PENA: suspensão de um (1) a dois (2) eventos ou multa.

Parágrafo único – Se da jogada resultar lesão ao adversário que o impossibilite de prosseguir no evento, a pena será de suspensão de dois (2) a seis (6) eventos.

Art. 14º - Praticar ato de hostilidade contra o adversário.

PENA: suspensão de um (1) a três (3) eventos ou multa.

Art. 15º - Praticar vias de fato contra companheiro de equipe ou componente de equipe adversária.

PENA: suspensão de dois (2) a quatro (4) eventos.

Parágrafo único – Se da infração resultar lesão corporal grave, a pena será de suspensão de trinta (30) a noventa (90) dias.

Art. 16º - Tentar impedir, por qualquer meio, o prosseguimento de um evento.

PENA: suspensão de cento e vinte (120) a trezentos e sessenta (360) dias.

Art. 17º - Participar de rixa, conflito ou tumulto, durante o evento.

PENA: suspensão de dois (2) a quatro (4) eventos.

Art. 18º - Assumir atitude contrária à disciplina ou à moral desportiva, em relação a componente de sua representação, representação adversária ou de espectador.

PENA: suspensão de um (1) a quatro (4) eventos e multa.

Art. 19º - Dar ou transmitir instruções a atletas dentro da pista ou nas linhas limítrofes, durante o evento; assumir em praças de desportos, atitude inconveniente ou contrária à disciplina ou à moral desportiva.

PENA: multa a ser definida pelo Júri de Prova ou suspensão de vinte (20) a sessenta (60) dias

Art. 20º - Ultrapassar sob bandeira amarela

PENA:manobra de “stop & go”.O piloto será avisado por placa com seu número e a palavra “STOP”.Esta placa será mostrada no máximo por três voltas e se o piloto não parar será desclassificado.Ao receber a placa o piloto deve se dirigir à zona de assistência e parar por 05 segundos, onde estiver o comissário com a placa de “Stop”. Findos os cinco segundos, o piloto será liberado para voltar à competição. Em caso de mais de um piloto serem penalizados, para primeiro o piloto que tiver se classificado mais rápido e assim por diante. Caso não haja tempo para a parada.o piloto será penalizado em 30 segundos que será somado a seu tempo de prova, e o piloto sendo re-classificado de acordo.

MULTAS

As multas terão o valor inicial de R\$ 500,00 (quinhentos reais) para primeira aplicação e em caso de reincidência o valor será o dobro da última multa aplicada.

Curitiba/PR, Florianópolis/SC e Passo Fundo/RS, Fevereiro de 2010.

COMISSÃO DE VELOCROSS DO CAMPEONATO SULBRASILEIRO

PAULO CESAR ALMEIDA – Diretor Técnico Velocross – FPRM
e-mail: paulinho@rionegromotoclube.com.br – Fone (47) 9986-9047

IVAN DE OLIVEIRA THOMAZ – Diretor Técnico Velocross – FCM
e-mail: ivanmotovelo@terra.com.br – Fone: (47) 9107-2710

JAIR SILVEIRA COSTA – Diretor Técnico Velocross - FGM
e-mail: jair@fgm.com.br – Fone: (54) 8145-4242

FEDERAÇÕES

GILBERTO ROSA – Presidente FPRM
E-mail: fprm@fprm.com.br

ONÍLIO CIDADE FILHO– Presidente – FCM
e-mail: fcm@fcm.org.br

PAULO DELLA FLORA – Presidente FGM
e-mail: presidente@fgm.com.br